# A COVID-19, a Globalização e a análise social

A COVID-19. como a Globalização, relacionam-se mal com a Justiça Social e os Direitos Humanos.

Aqui devemos tentar definir justiça social e direitos humanos.

Ambas, COVID-19 e Globalização, correspondem a épocas históricas de deterioração da justiça social e do respeito pelos direitos humanos. Por detrás da doença e da globalização pode haver uma mesma causa eficiente que a conduz às duas e produz essa deterioração.

Há quem, observando a história, pense que é a violência a única forma efectiva de, através de revoluções (francesa ou comunistas ou de libertação das colónias) ou de guerras (II Grande Guerra) ou do auto-desmantelamento dos estados ou de epidemias (Peste Negra), reverter significativamente, embora temporariamente, o aumento das desigualdades sociais e as injustiças associadas (Scheidel, 2017).

A tese da conflitualidade social e da luta de classes advoga a partir da sua raiz marxista a tese fundamental que é através da capacitação dos indivíduos em coletivos organizados em torno de movimentos sociais que o progresso social (entendido como o atenuar das desigualdades sociais ou a redução das desigualdades à imposição de uma única classe social sobre as demais – o proletariado) assume as condições para ser implementado. A história dos movimentos sociais, do movimento operário (século XIX), ao movimento feminista (1º metade do século XX com as sufragistas e daí evoluindo para novas configurações durante todo o século XX e Século XXI), movimento dos direitos civis nos EUA (na década de 1950 percursor do movimento Black Panther/Panteras Negras nos anos 1960 e 1970 e do mais recente BLM; ao movimento ecologista e às importantes repercussões no desastre de Chernobyl a 25 e 26 de Abril de 1986 em alguns países europeus em estreita articulação com o poder político com a criação de Partidos Verdes que no caso alemão se transformou num partido charneira disputando o poder e formando grandes coligações com o partido vencedor, integrando por um lado, políticas ecologistas ou de preservação da natureza na maior economia industrial europeia e por outro lado, fazendo cedências e de certa forma domesticando a contestação nas ruas e na opinião pública. As tensões provocadas pelas experiências de poder, seja ele executivo ou legislativo dos movimentos sociais são ponto de discussão acesa um pouco por todo o mundo. E se a globalização ajudou a que as discussões também se tornassem globais (ainda que de forma assimétrica e deixando algumas regiões do mundo como que esquecidas ou adormecidas nesse turbilhão) parece não ter trazido novas soluções par ao problema da passagem dos movimentos e dos conflitos sociais das ruas para as instituições.

Haverá, portanto, uma tendência para criar mais desigualdades sociais, capaz de resistir à sucessão de épocas histórias e às diferenças geográficas. Outros veem na evolução histórica, embora de maneira geograficamente condicionada a um centro de irradiação de civilização, a redução relativa da violência (Morris, 2013). A tese do progresso social como evolutivo e organizado em estágios que podem ser atribuídos a diferentes regiões do mundo num dado momento parecem esconder da equação as dinâmicas opostas de atração e repulsa que ocorrem muitas vezes em simultâneo. Para além de que esta ideia de progresso histórico alicerçado na ideia de um crescimento económico contínuo tem um problema sério com a finitude dos recursos do planeta.

O aumento absoluto da violência, em número e intensidade, contados em guerras e mortos, corresponde a um aumento da população maior. Para uns, o aumento absoluto da violência é uma violação das promessas de modernização. Para outros, a diminuição relativa da violência significa que a modernidade, apesar de ser mais violenta que as épocas anteriores, cria ainda mais possibilidades de existência de vidas humanas.

Será a violência ou o excesso de população a causa eficiente por de trás das epidemias e da destruição do ambiente favorável à existência da diversidade da vida? Ou será a moral (pública e privada, de corrupção e ganância)? Ou o sistema de organização social (estrutura capitalista, poder dos 1%) ou o império (religião, mentalidade ocidentais)? Em qualquer caso, há um acordo sobre estes epifenómenos: COVID-19, Globalização, justiça social e respeito pelos direitos humanos, serão formas aparentes do falhanço (definitivo ou apenas temporário) das sociedades modernas em oferecerem aquilo que prometeram, a saber, domínio sobre a natureza e uma vida digna de soberanos para as pessoas.

A modernização promete, desde há quase dois séculos e meio, liberdade, igualdade e fraternidade para todos. Apesar dos sacrifícios de cada vez mais gente trabalhadora, as campanhas de competitividade-produtividade e de troca de liberdade por segurança adiam ou suspendem as promessas de modernização, projectando-as para futuros que parecem cada vez mais distantes. As antecipações desse maravilhoso mundo moderno, como o que é apresentado na publicidade, são sobretudo casas de campo, férias, reformas, ou mais singelamente um ecrã gigante para ter na sala ou um automóvel. O maravilhoso mundo moderno, como os brinquedos electrónicos para as crianças, são experiências que se esgotam rapidamente e se tornam insatisfatórias ou viciantes para quem as vive. Mas são muito melhor que a frustração dos que não têm emprego ou estão excluídos de qualquer processo de integração profissional e, por isso, casa, férias, reforma não são opção. Apenas podem ver televisões públicas e andar nos transportes públicos. Por pudor, e também para sacudir o medo de se poder cair em situações de miséria, as pessoas integradas dão graças à modernidade, e exigem do estado a possibilidade de viver as condições alegadamente mais favoráveis de sempre para se ser feliz.

# Os pós-humanismo, na prática

A desilusão das experiências vividas e da espera pela felicidade proporcionada por inovações, a frustração dos resultados práticos que antecipam a realização do futuro perfeito da modernidade, tornaram popular o pós-humanismo (como entre guerras se tornaram populares o nazismo e o fascismo). Os direitos humanos são tratados como uma falácia, um engano, um logro. A modernidade serve alguns, mas a maioria está e sempre estará dispensada de beneficiar dela. Vai sendo substituída por máquinas inteligentes que já estão a abolir a sociedade. O agravamento das faltas de justiça social e a incapacidade das pessoas reagirem contra isso revela a fraqueza suicidária da natureza humana perante a produção planeada de tecnologias substitutivas do trabalho humano.

O bicho humano é muito inteligente, mas também muito submisso. Irá provavelmente deixar a Terra dominada por máquinas capazes de se reproduzirem num ambiente hostil à vida de grande porte. Essa, segunda o pós-humanismo, será a marca deixada pela humanidade para o futuro: uma Terra inabitável, mas ocupada por máquinas inteligentes e capazes de se auto-produzirem.

A síndrome de Estocolmo, o que leva uma pessoa a colaborar voluntariamente com os seus sequestradores, como muitos dos que morreram e morrem nos campos de concentração por esse mundo fora, pode ser (a par da violência) uma candidata a causa eficiente natural do crescimento das desigualdades sociais, da intensificação das guerras, do monopólio da violência que promove a sua redução relativa, da globalização, da macdonaldização do mundo, da secundarização da justiça social e do respeito pelos direitos humanos.

O mesmo argumento pode ser explorado partindo do conceito de anomia social de Durkheim ou do conceito de alienação de Marx. Estes conceitos podem e devem ser repensados à luz da integração de tecnologias na vida quotidiana que não apenas substituem os humanos no trabalho, mas de igual modo, nas emoções, no cuidado, na empatia pelo outro. A metáfora da distância social agora apresentada como um dogma do comportamento seguro em tempos de COVID é uma excelente metáfora para observamos as sociedades em que vivemos, em que a tecnologia nos ordena, divide, nos diz o que pensar, o que sentir, quem odiar e de quem se sentir próximo, quem merece estar vivo ou morrer, quem deve ser ajudado ou esquecido. A proliferação de mensagens falsas, de teorias da conspiração, de textos truncados, de interpretações abusivas, de imagens não editadas e descontextualizadas atomizam o ser humano, tornam-no alienado, agindo em função de ondas ou de viralizações experimentando sentimentos contraditórios e incapacidades múltiplas que lhe tolhem o pensamento e projetam para a inação ou para o resguardo da ação atrás do ecrã em novos códigos de proximidade e distanciamento social, as bolhas onde para ser sentir confortável ou menos angustiado todos dizem o mesmo, fazem o mesmo, pensam o mesmo ou não pensam de todo e agem atrás do ecrã numa lógica de matilha, onde o instigador assume a sua posição de macho alfa atacando as suas presas, quem diz diferente.

A síndrome de Estocolmo pode estar por detrás do aumento relativizado da violência, do excesso de população que serve a redução do custo de mão-de-obra, da destruição do ambiente explorado com a cumplicidade dos trabalhadores, da imoralidade pública e privada, da organização dual favorável às elites e criadora de excluídos que cumprem o papel de bodes expiatórios, da promiscuidade favorável ao aparecimento de epidemias.

Quando vemos as figuras tristes dos mercenários jihadistas, podemos perguntarmo-nos se os mercenários que combatem a favor do ocidente, como aqueles que foram denunciados por Manning, Assange ou Snowden, não fazem a mesma figura. E podemos perguntarmo-nos porque a comunicação social não nos apresenta as mesmíssimas figuras tristes dos combatentes pagos pelo poder dos estados ocidentais, a par dos jihadistas? Porque se criminalizam estes últimos, violando as leis da guerra acordadas na convenção de Genebra, e se protege a impunidade dos criminosos de guerra ocidentais?

Após o fim da Guerra Fria, os estrategas ocidentais inventaram novos inimigos. Foram apoiados na altura pela Rússia, em guerra na Tchetchénia, e com acordo da China. Os islâmicos forma designados inimigos por tempo indeterminado. Depois do dissimulado arrependimento ocidental pelo Holocausto, depois da criação do estado de Israel e do esquecimento dos ciganos e dos comunistas, entre outros alvos sacrificiais usados para o genocídio, a política ocidental voltou-se novamente para os islâmicos, que já tinham sido alvos dilectos das Cruzadas, no princípio do processo de modernização e de globalização: os Descobrimentos.

Ocupadas com a guerra, o terrorismo, os perigos da imigração, as sociedades do início século XXI estão amedrontadas e colocadas à defesa (trocam liberdades por segurança). Mas não exatamente todas as sociedades, destacam-se as sociedades europeias e frações da pequena burguesia a uma escala mais global. O movimento em Hong Kong pode ser um bom exemplo de uma outra forma de estar perante o mundo e as suas ameaças. Jovens de classe média, educados e imersos na sociedade em rede, global, de consumo fácil e imediato, trocam os seus privilégios no presente em troca de um combate por um futuro diferente. O que procuram eles? Como utilizam a violência? De forma mais ou menos apressada podemos arrumar o assunto afirmando que são apoiados pelos serviços secretos e por think thanks dos EUA, isso não os diferenciaria de movimentos de oposição na Venezuela. Mas a violência com que invadem as ruas, a sua persistência, só desmantelada por sistemas de vigilância eletrónica e prisões em massa, a maioria não reportadas, indica algo diferente. Como um amigo jornalista correspondente em Macau me apresentou o que assusta neste movimento é a ideia que não existe futuro e que para eles jovens, educados, de classe média, não há nada a perder. Depois do grito de pátria ou morte de Fidel Castro em Cuba que deu inicio à revolução, liberdade ou morte. A pandemia COVID 19 silenciou protestos e sobretudo retirou atenção mediática e apoios internacionais.

A globalização foi apresentada não apenas como uma coisa boa, mas como uma etapa final da modernização, dolorosa como todas as fases anteriores. O progresso (sabemo-lo por experiência) obriga a sair da zona de conforto. A iniciativa competitiva só está ao alcance dos melhores. Mas qual será a finalidade de tanto sacrifício, incluindo o das gerações precedentes? Deixar um planeta destruído às gerações vindouras?

Havendo a experiência das resistências sociais a esta concepção sacrificial do progresso, a esta produção de inimigos e de estados de guerra, as elites precisam de manter a hegemonia da ideia do crescimento infinito da economia, mesmo à custa do meio ambiente. Trata-se de explorar a natureza, incluindo nela os seus recursos humanos, de modo sempre mais acelerado, acreditando na protecção divina judaico-cristã.

A partir de 2008, com a crise mais forte que abalou o sistema financeiro global, a principal infraestrutura da globalização e da livre circulação de capitais auto-administrados, a política polarizou-se entre os defensores do retorno aos estados estritamente nacionalistas (os chamados populistas) e os defensores do retorno ao estado social integrador (apesar do reconhecido falhanço das políticas assimilacionistas e multiculturalistas), enquanto o sistema financeiro global disfuncional para a economia se mantém em pleno funcionamento. Nenhum partido questiona o dogma do crescimento infinito, embora todos reconheçam a existência de problemas ambientais. A ciência, que alerta para o aquecimento global desde os anos 60, não tem nenhum impacto ao nível das ideologias políticas.

A fase em que vivemos da globalização caracteriza-se por crises financeiras mais vorazes, com maior periodicidade, interrompendo a ideia dos ciclos económicos longos de Kondatrieff ensinados na economia clássica e que tanto influenciaram os pensadores económicos do século XX. A partir da crise do petróleo da década de 1970 as crises económicas assumiram um carácter sistémico, expectável, mas não dito publicamente, tratado como catástrofe ou cataclismo ainda que profundamente necessários para garantir a vitalidade do capitalismo, criando a todo o momento vencedores e perdedores, nós e eles, ricos e pobres. Não é de estranhar que um dos efeitos imediatos da COVID 19 tenha sido o aumento dos ganhos em bolsa em contraciclo com a economia real e o crescimento da riqueza dos mais ricos. Veja-se o caso do Brasil

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam.ghtml>

Caso português

<https://jornaleconomico.sapo.pt/en/news/wealth-level-in-portugal-among-the-least-affected-by-the-covid-crisis-19-estimates-consultant-611419>

Nos EUA

<https://equitablegrowth.org/the-coronavirus-recession-and-economic-inequality-a-roadmap-to-recovery-and-long-term-structural-change/>

O novo falhanço financeiro da modernização em 2008 (já tinha estoirado pelo lado financeiro em 1929) trouxe consigo o recuo do prestígio da globalização. A globalização deixou de ser apresentada como uma força promissora da natureza moderna – promessa de uma aldeia global ligada virtualmente por redes de informação e comunicação – que na União Europeia foi apresentada como Sociedade do Conhecimento. Em 2001 o Fórum Social Mundial em Porto Alegre marca o início de um conjunto de discussões globais de movimentos em torno da ideia de alterglobalização ou globalização alternativa juntando movimentos feministas, indigenistas, ecologistas, partidos de várias esquerdas, sindicatos, anarquistas, grupos ocupas, etc. Em Portugal e no Brasil o fórum foi animado por Boaventura de Sousa Santos catedrático de Sociologia e um dos ideólogos do movimento.

<https://alice.ces.uc.pt/en/index.php/homepage-posts/interview-boaventura-de-sousa-santos-on-the-world-social-forum/?lang=pt>

O slogan ‘um outro mundo é possível’ chocou de frente com a repressão policial em Génova em 2000 numa organização do fórum social europeu de contra manifestação à reunião dos G8 na cidade. A repressão e violência policial chamou a atenção de vários grupos europeus para uma escalada securitária e para a imposição pela força de um pensamento único sobre a globalização. A organização de contramanifestações nas cidades onde decorrem os grandes eventos económicos tornou-se uma imagem de marca atraindo manifestantes altamente socializados politicamente, com fortes convicções ideológicas e deixando à margem uma população mais ou menos alheada ou sem interesse em participar nas decisões locais e/ou globais.

Em contraponto, os movimentos neo-nazi-fascistas e nacionalistas vingam desde o início do século e estão no poder de estados como os EUA, o Brasil, a Hungria e a Polónia. A Comissão Europeia promete, nos discursos, rendimentos garantidos para todos (Juncker), ou pelo menos para os trabalhadores (von der Leyen), mas na prática a miséria aumenta. Na Rússia, na China e mesmo na Índia os totalitarismos constitucionais vingam, baseados em ideologias nacionalistas e imperiais com pretensões de controlo mundial, com apoio dos eleitores, quando as eleições decorrem com carácter democrático.

Além dos efeitos do aquecimento global serem já evidentes, a segurança pessoal também se deteriora em muitos aspectos, sobretudo para os que ficam sem casa e sem acesso regular a rendimentos. O aumento dos que vivem em condomínios fechados vai de par com a sobrelotação das prisões. A radicalização da divisão social é explorada pelas infiltrações nazis nas polícias e forças armadas em vários países, incluindo Portugal. Oferecem violência sacrificial para dividir belicosamente os miseráveis mais activos em etnias ou religiões, por um lado, agravando os privilégios sociais para as classes dominantes, por outro lado.

Além do recuo paulatino do estado na regulação das injustiças sociais, entretanto acelerado depois da crise de 2008, favorecendo os neo-nazi-fascistas; além da intensificação dos números de pobres, incluindo refugiados e migrantes; além do reforço de políticas de sansões e guerra, sobretudo no Médio Oriente, surge a epidemia COVID-19. Tanta violência, trar-nos-á um recuo das desigualdades sociais?

Para quem viva a implosão de estados, as epidemias, as guerras e as revoluções, ainda que elas sejam a única causa eficiente para reduzir as desigualdades, as injustiças sociais e a violação dos direitos humanos antecedem tal eventual cenário benévolo.

Em pânico, os estados, pela primeira vez na história, decretaram confinamentos gerais, incluindo das pessoas saudáveis, para fazer frente à COVID-19. Na prática, adoptam as mesmas medidas sanitárias usadas na Idade Média. Temem a reacção das sociedades perante a falha gravosa na protecção da saúde das pessoas; nomeadamente, temem a ruptura dos sistemas de saúde e, por isso, tornou-se evidente o já conhecido alheamento dos cuidados prestados aos idosos mais fragilizados pessoal e socialmente, a viver em lares, e aos doentes não COVID-19. Hoje é geralmente reconhecido o confinamento ter sido uma reacção exagerada e com contra-indicações importantes, a nível económico e de saúde. A irracionalidade das medidas de saúde pública dividiu órgãos de soberania e a opinião pública. O uso da máscara, por exemplo, tornou-se praticamente um símbolo ideológico da polarização entre os democratas e os republicanos, nos EUA, e um pouco por todo o mundo. As alegações políticas dos mais próximos dos democratas norte-americanos de estarem a seguir as recomendações dos cientistas revelaram-se simples demagogia, dado a ciência afirmar desconhecer o fundamental do fenómeno que estamos a viver. As interferências políticas na indústria farmacêutica – com vista a produzir qualquer coisa que possa servir de vacina antes das eleições norte-americanas – impõem a redução do tempo de uma tarefa que demora cinco anos a menos de um ano. As teorias da conspiração tomam não só o campo dos neo-nazi-fascistas como o campo dos democratas, incluindo o dos profissionais de saúde. Estes últimos manifestam-se descontentes com a evidente manipulação de que as suas profissões estão a ser alvos.

# O que fazer?

O que manobra nos bastidores destes sucessivos processos de dissimulação dos recuos civilizacionais relativamente às promessas de modernização, fundamentais para o avanço da civilização? O que explica a aceitação pública da amputação dos benefícios – sempre adiados ou mesmo negados, como a paz, a erradicação da pobreza, o respeito pela racionalidade, para não mencionar habitação condigna, segurança no trabalho, na saúde e na velhice – e do aumento dos sacrifícios, em nome de segurança ambiental ou segurança pessoal cada vez mais precárias para todos? A violência bélica contra os islâmicos, dita contra o terrorismo? A violência ideológica que usa falsamente a ciência e abre espaço às ideologias neo-nazi-fascista para planear formas de controlo social das massas? A protecção estatal dos privilégios das elites, para que continuem a beneficiar da globalização que perdeu a capacidade de mobilizar a boa vontade das pessoas?

O que manobra nos bastidores tem características evidentes: a) promove velhos estigmas para estimular novas discriminações, à medida que o sexismo, o racismo, o género, são combatidos; b) protege as elites, permitindo-lhes viver num mundo separado dos restantes mortais; c) lança bombas militares e de nevoeiro mental, mentiras e teorias da conspiração, de modo a disfarçar a realidade através de guerras ideológicas com jogadas combinadas, como na luta livre, incluindo usando o prestígio da ciência para o efeito; d) além do medo, da violência, do desemprego e da epidemia, a desorientação mental das gerações profissionalmente mais bem formadas de sempre torna a humanidade impotente para a acção, mesmo se reconhece a necessidade de evitar continuar a promover o aquecimento global e a corrupção do globalização.

Sequestradas pelas suas nacionalidades, profissões e pela epidemia, as pessoas ficam à espera de soluções que venham de cima, como uma qualquer vítima paralisada por um químico ou hipnotizada pelos ecrãs. As tecnologias farmacêuticas e mediáticas serão entorpecedoras. Mas há entorpecentes naturais, como o milenar espírito imperial. A modernização pode ser descrita como uma aceleração dos processos de incorporação do espírito imperial, em intensidade e extensão, nomeadamente através das escolas e da ciência, em geral, da institucionalização da vida (Foucault, 2004; Habermas, 1987).

O que há a fazer, de imediato? Entender os mecanismos de entorpecimento e passar a evitá-los.

Os modos como entendemos o que se passa não são naturais, inelutáveis, eternos. Não são desígnios de Deus. A globalização, sabemos hoje, é apenas uma política que durante décadas nos foi apresentada como inelutável pelo discurso único (“não há alternativa”). Porém, a globalização deixou de ser natural, inelutável, eterna. Portanto, um dia, de preferência mais cedo que tarde, a maneira como entendemos o que estamos a viver deve deixar de ser natural, inelutável, eterna. Não devemos esperar que alguém descubra uma solução, seja a indústria farmacêutica seja a União Europeia. Devemos, cada um à sua maneira, deixar de colaborar com o futuro pós-humanista, em vez de o tomar como inelutável ou até auspicioso para os sobreviventes.

# Teoria social

Estado de espírito é um tema presente nas melhores teorias sociais – espírito revolucionário, espírito corporativo, espírito do capitalismo, espírito profissional, espírito sociológico, etc. A teorização sobre o que são os estados de espírito não é discutida nem nos cursos nem na literatura. A razão é simples: o auto-isolamento das ciências sociais, entre as ciências e as humanidades, por exigência das políticas globais de ciência, impedem-nas de se relacionarem com os aspectos biológicos e com os aspectos normativos da existência humana. As análises sociais, por causa dessa limitação politicamente induzida, imposta pelas condições de ensino e de profissionalização, separam as macro-análises das micro-análises como se a macro sociedade fosse um mundo distinto da micro sociedade. Dividem os aspectos da existência humana em níveis de realidade estanques (em vez de mutuamente interligados) como o psicológico, o social, o espiritual, por um lado, as elites, as classes médias e os excluídos, por outro lado.

Os estados de espírito são modos de sintonização das pessoas com a vida, incluindo a espiritualidade. As pessoas relacionam-se intensamente com o todo das circunstâncias da sua existência, internamente e ambientalmente. A extraordinária capacidade de adaptação humana, comparando com a dos outros animais, decorre da nossa capacidade/necessidade de adoptar a prática de certos estados de espírito (qual software natural) em circunstâncias apropriadas. O modo como cada um se adapta às suas circunstâncias dá o carácter diferente de cada um e dá também o caracter social que distingue nações, povos, classes, culturas, civilizações, etc. Os estados de espírito são contagiosos, como os vírus. Funcionam, ao mesmo tempo, a muitos níveis de realidade.

O espírito imperial caracteriza-se por ser discriminatório, elitista e dissimulado. Discrimina moralisticamente entre os que devem viver privilégios (as elites e os seus servidores leais) e os que devem viver castigados (sem direitos, sem recursos, isolados da sociedade, onde se incluem os miseráveis e também os que se recusam ou fazem campanha contra as elites). Imagina o elitismo e os privilégios associados como um dado da natureza e da natureza humana (mérito). Então, isso justifica a luta permanente pelo poder entre as pessoas. Perece-lhes uma tarefa social necessária à manutenção de uma sociedade funcional, como preconiza o estrutural-funcionalismo, que continua a ser a teoria social dominante. O espírito imperial dissimula, desqualifica, a maior parte do tempo de vida das pessoas, a sua vida privada e quotidiana – o tempo a que elas dedicam a cuidar de si e dos outros, a construir identidades sociais que possam proporcionar felicidade. Dissimula e desqualifica a existência de um abismo sacrificial, buraco negro social, produzido pela ambição profissional individual incorporada pela escolaridade, pelos conselhos paternos, sob o terror de cair no mundo escondido e desqualificado da humanidade: a parte da humanidade tratada como natureza; os recursos humanos e, sobretudo, os recursos humanos inutilizados, o lixo humano, que a sociedade moderna apenas pode rentabilizar marginalmente.

Aterrorizadas com os desafios da globalização (1980-2010), da guerra de civilizações (desde 2003), da crise resultante da falência do sistema financeiro global (desde 2010), dos fenómenos ambientais extremos, das pandemias globais (2019), as pessoas portadoras do espírito imperial reclamam dos estados mais segurança. Prescindem das promessas da modernização. Prescindem da própria liberdade. Inquietas com a falsidade das promessas de modernização, apoiam sobretudo as restrições das liberdades alheias (dos imigrantes, dos estrangeiros, das populações estigmatizadas, como as criminalizadas, as racializadas, as acusadas de práticas sexuais não convencionais, as que não conseguem acesso a recursos de sobrevivência, a parte feminina da população). Por facilidade funcional, usam abundantemente os mecanismos sacrificiais de culpabilização das vítimas, dos bodes expiatórios socialmente seleccionados para o efeito. Por isso lhes dá jeito acreditar na estanquicidade dos diferentes níveis de realidade social (pensam que as protege de cair) e na estigmatização (evita o trabalho de julgar).

O espírito imperial resulta de milénios de tentativas erros para sincronizar as elites com os povos submetidos. Não é um resultado acabado: tem de ser reproduzido todos os dias e, por isso, todos os dias é actualizado, modificado.

Dada a estrutura imperial da sociedade, há dois polos de recrutamento de vítimas sacrificiais: as elites e os humanos desumanizados, a viver com privilégios negativos, como se fossem parte da natureza. Há, depois, ideologias moderadas, que são aquelas que remetem a guerra sacrificial para o íntimo de cada um, para a divisão entre a pessoa e o indivíduo que há em cada um de nós. São ideologias capazes de mobilizar a nossa culpa pessoal por a modernização não dar os resultados esperados. Este tipo de ideologias promove a reintegração profissional ou social das pessoas, valorizando o melhor que haja em cada um. Há também as ideologias extremistas, que são as que dividem a sociedade, e não cada ser humano, em entidades privilegiadas e entidades inimigas, culpadas. Aplicam-se tanto mais quanto falta paciência ou esperança de se poder aplicar o primeiro tipo de ideologias.

*Há vários projectos ideológicos apologistas da modernidade para se atingir a justiça social (individualismo, colectivismo, institucionalismo). Foram historicamente incompatibilizados pela luta de classes, pela Guerra Fria, pela guerra de civilizações. A história da* globalização *revelou serem projectos compatíveis entre si. Todos, separados ou em colaboração, falharam e falham a* justiça social*, a produção de sociedades sem privilégios, produzindo ao invés sociedades polarizadas. Polarizadas dentro de cada um, entre pessoas sacrificadas a indivíduos profissionais; polarizadas dentro de cada estado, entre elites e pessoas que nascem estigmatizadas; polarizadas entre estados e entre centros de poder concorrentes para serem sede imperial. Os* direitos humanos *são o registo normativo da vontade social e política de continuar a valorizar universalmente a liberdade, a igualdade, a fraternidade.*

O desenvolvimento institucional dos direitos humanos, nomeadamente em termos continentais e de especialização (mulheres, crianças, migrantes, refugiados, povos primeiros, prisioneiros, etc.) mostra a violação recorrente dos direitos naturais, a discriminação em vigor entre as pessoas com direitos e as sem direitos, os privilegiados e os sacrificados, a hipocrisia política dos que se reclamam contra ou a favor dos direitos humanos, sabendo haver um hiato abissal entre aquilo que se diz e aquilo que se faz, em termos pessoais e em termos organizados, mesmo sob a directa tutela dos representantes dos povos nas mais altas instituições do estado.

A epidemia COVID-19 é, ao mesmo tempo, como qualquer outro fenómeno social, uma consequência e uma transformação do que se vivia anteriormente. É, com certeza, um fenómeno global, ao mesmo tempo natural e social, transformado no momento extraordinário em que justificou a paralisação da economia. A justiça social, medida em desigualdades sociais, vinha-se degradando. Conheceu um agravamento mais profundo. O estado de direito que já não estava de boa saúde, deixou de pertencer às prioridades políticas – com o fim dos tratados de comércio internacional – e os direitos humanos pensados como relações sociais de estrito senso (entre pessoas e sem relação com a natureza) reclamam actualização através de incorporação dos direitos da natureza.